



**PARTE III • Inquérito policial**

11. O Ministério Público pode conduzir, privativamente, investigação criminal, desatrelada do inquérito policial? .....	204
12. Como analisar o sigilo do inquérito policial em confronto à prerrogativa do advogado de livre acesso aos autos? .....	225
13. É cabível a requisição de indiciamento formulada pelo Ministério Público ou pelo magistrado? .....	238
14. A denúncia anônima pode ser justificativa legal para a abertura de inquérito policial? E de indiciamento? .....	249
15. O indiciamento é ato discricionário da autoridade policial? .....	282
16. O prazo legal, para a conclusão do inquérito, em caso de indiciado preso, é fatal ou admite alguma forma de prorrogação? .....	297
17. Em que medida é viável o trancamento de investigação criminal? .....	310
18. O arquivamento de inquérito policial, com base na atipicidade da conduta, admite a reabertura da investigação, caso surjam novas provas? .....	322
19. Há viabilidade legal para o denominado arquivamento implícito? .....	350

**PARTE IV • Ação penal**

20. Admite-se a retratação da representação da vítima no caso de violência doméstica? ..	366
21. Em que circunstâncias se dá o trancamento de ação penal? .....	379
22. Qual o alcance da renúncia ou do perdão tácito? .....	394

**PARTE V • Prescrição**

23. A prescrição virtual afeta o interesse de agir? .....	420
---	-----

**PARTE VI • Competência**

24. Cabe ao Tribunal do Júri ou Tribunal de Justiça julgar Deputado Estadual, que tenha cometido crime doloso contra a vida? .....	432
25. No caso de tráfico de drogas, quando se configura a competência da Justiça Federal? .....	451
26. Crimes contra a organização do trabalho devem ser julgados pela Justiça Federal ou Estadual? E o delito de condição análoga à de escravo? .....	465
27. Cabe à Justiça Federal julgar crimes envolvendo comunidades indígenas? .....	510
28. Quando se deve deslocar a competência da Justiça Estadual para a Federal, mediante intervenção do Superior Tribunal de Justiça? .....	540
29. A quem compete julgar os crimes cometidos por índios? .....	602
30. Qual o órgão judiciário competente para julgar crimes cometidos pela Internet? .....	627

31. Há exceção à regra de competência absoluta de foro? .....	642
32. Qual é a extensão da competência do juízo da execução penal? .....	657
33. Qual juiz é competente para execução provisória da pena? .....	673
34. Qual o foro competente para processar e julgar o homicídio? .....	685
35. Como compatibilizar o foro por prerrogativa de função com o Tribunal do Júri? .....	709

### PARTE VII • Questões e procedimentos incidentes

36. Como avaliar os indícios veementes da origem ilícita do bem, necessários à decretação do sequestro? .....	782
37. O que se entende por dúvida razoável, capaz de ensejar a instauração de incidente de insanidade? .....	796

### PARTE VIII • Partes no Processo Penal

38. O Ministério Público é parte legítima para ingressar com ação civil <i>ex delicto</i> em favor de vítima pobre? .....	810
39. O rol de suspeição do art. 254 do CPP é taxativo? .....	824

### PARTE IX • Prisão

40. Quais são os requisitos mínimos para a decretação da prisão temporária? .....	838
41. Como empregar o uso de algemas na realização da prisão? .....	851
42. O advogado, preso cautelarmente, tem direito à prisão em sala de Estado-Maior das Forças Armadas. O que fazer na falta desse local? .....	867
43. Como analisar a expressão “logo após”, prevista no art. 302, III, do CPP (flagrante impróprio)? .....	883
44. Qual a extensão da expressão “logo depois”, constante do art. 302, IV, do CPP (flagrante presumido)? .....	894
45. As diligências fortuitas e casuais feitas pela polícia, atrás do suspeito do crime, podem levar à realização de prisão em flagrante válida? .....	903
46. A ausência de comunicação da prisão ao magistrado, em 24 horas, tem algum efeito? .....	914
47. Para a decretação da prisão preventiva, torna-se indispensável a prova certa da existência do crime? .....	925
48. Como avaliar a “conveniência da instrução criminal” para justificar a decretação da prisão preventiva? .....	940
49. O clamor público é justificativa para a decretação da prisão preventiva? .....	953
50. Os antecedentes do indiciado ou acusado constituem base para a prisão preventiva? .....	967
51. Qual a medida da fundamentação do juiz para justificar a prisão preventiva? .....	985

52. Qual o fim da prisão preventiva nos casos de violência doméstica?.....	1000
53. Qual a duração razoável da prisão preventiva? .....	1014
54. É cabível a decretação de prisão preventiva aos réus citados por edital, cujo processo é suspenso? .....	1032
55. Quais os fundamentos para a prisão em decorrência da pronúncia? .....	1046
56. Admite-se liberdade provisória para o acusado por tráfico de drogas? .....	1059

**PARTE X • Sentença penal**

57. É cabível a condenação em reparação civil do dano causado pelo crime na ação penal, de ofício, pelo magistrado, sem pedido expresso do ofendido? .....	1080
58. É cabível a fixação, na sentença, do regime aberto ou semiaberto, ao mesmo tempo em que se nega o direito de recorrer em liberdade? .....	1089

**PARTE XI • Nulidades**

59. A deficiência de defesa técnica gera algum tipo de nulidade? .....	1104
60. A ausência do réu, durante a instrução, acarreta nulidade? .....	1122
61. Em que medida a falta de intervenção do Ministério Público acarreta nulidade? .....	1136
62. O desrespeito ao sistema trifásico para a fixação da pena produz nulidade? .....	1152
63. A ausência ou deficiência de motivação das decisões judiciais espelha nulidade? .....	1165
64. Nulidades podem ser convalidadas? .....	1180
65. A ausência de razões acarreta nulidade? .....	1195
66. Em caso de anulação da decisão do júri, pode haver aumento de pena, desfavorável ao acusado, por ocasião do segundo julgamento? .....	1208